ARTHUR NOGUEIRA 18

Cuiabá-MT, 14 de agosto de 2018.

REDEFININDO MATO GROSSO

Muito se esperava do estado de Mato Grosso quando de seu último desmembramento, em 11 de outubro de 1977, pela expectativa de que a autonomia trouxesse à sua população um desenvolvimento no mínimo sustentável, e que o progresso já ocorrido em outros estados brasileiros pudesse se repetir em terras mato-grossenses e, com ele, uma melhor qualidade de vida aos que o escolhessem como sua morada.

Sabe-se que no campo político o estado do Mato Grosso do Sul auferiu vantagens com a divisão, pela sua proximidade com os grandes centros e a infraestrutura já mais alicerçada que a existente na capital Cuiabá. E, ainda, com número maior de munícipios.

Quarenta anos se passaram e diante de um vicioso ciclo político, em que os grupos se revezam unidos na distribuição dos poderes, a população assiste passivamente o crescimento sem desenvolvimento, a corrupção em vários níveis, a malversação do dinheiro público e o aumento da desigualdade social a cada ano. Tudo isso pagando o alto custo da máquina pública.

Um estado de dimensões continentais, distante dos grandes centros populacionais, econômicos e políticos, aliado à falta de sensibilidade e capacidade de liderança dos escolhidos pelos eleitores para o governar - no sentido de entender que o estado atraiu, nas duas últimas décadas, brasileiros de todos as regiões seduzidos pela possibilidade de semear sua vida e de sua família nas terras férteis da diversidade ecológica que forma o bioma mato-grossense, desbravando sobretudo, as regiões amazônicas no ciclo da exploração madeireira e, posteriormente, a cultura agrícola -, nos leva ao cenário atual, de problemas que se tornaram crônicos e atingem a população como um todo

O reflexo da ausência de políticas públicas que preparassem o estado e seus novos moradores para um desenvolvimento sustentável, para pensar nas próximas gerações, na utilização racional e na renovação dos recursos naturais, já é sentido desde os meados da década de 90 - momento em que a mecanização chegou ao campo, fechando milhares de postos de trabalho de cidadãos com pouca qualificação e sem

formação escolar para concorrer às vagas na iniciativa privada, que exigem cada vez mais a qualidade dos seus empregados.

Somado a isto, o “boom” do agronegócio pautado na produção da soja, milho, algodão, criação de bovinos, suínos e aves, não foi acompanhado pela gestão pública, com investimentos em infraestrutura, saúde, educação, geração de emprego com atração de novas indústrias, fortalecimento do comércio e um novo modelo de segurança pública, área sente diretamente os reflexos da desigualdade social, com a má distribuição de renda e migração dos trabalhadores do campo para as maiores cidades em busca da sobrevivência ou do assistencialismo.

A necessidade é premente de se repensar o papel da administração pública no estado de Mato Grosso, com seus 141 munícipios que, em sua totalidade, enfrentam sérias dificuldades nas áreas essenciais (saúde, educação e segurança) e com pouca ou até falta de capacidade de investimentos, até mesmo para saudar o custo da manutenção dos serviços públicos.

O executivo estadual precisa, além de cobrar a contrapartida do Governo Federal, também nortear os governos municipais na busca de harmonizar e alinhar as políticas públicas, começando pela austeridade dos gastos e conscientização dos servidores públicos quanto ao seu importante papel, de cada um, nesse processo de reconstrução, para então, conjuntamente com os Poderes Judiciário e Legislativo, **redefinir** as prioridades na destinação dos recursos públicos arrecadados pela alta carga tributária que prevalece em todo País, e que atinge o orçamento de todos os cidadãos.

E foi a análise desse cenário em que os poderes disputam um “pseudo-poder” num visível “cabo de guerra”, como se a população não existisse - ou melhor, fosse essa útil apenas para pagar os tributos a serem distribuído conforme as vontades da classe política totalmente desacreditada no nosso estado -, que nos levaram a pleitear a disputa do cargo de maior mandatário do Poder Executivo de Mato Grosso.

Claro ficou esse cenário nos últimos Governos, que mal aplicaram e até mesmo desviaram os recursos públicos, causaram pânico aos servidores públicos, sofrimento ao cidadão não atendido pelo sistema de saúde, medo pelo aumento dos índices de violência e descrença nos discursos falaciosos dos políticos que são atuais mandatários.

O desafio é sem precedente, a considerar um Estado sem liquidez financeira nem capacidade de investimentos, com servidores públicos desmotivados pela insegurança

financeira do atraso de salários e com a população estarrecida com as inúmeras operações de combate à corrupção que atingiram as principais secretarias do estado e também a Assembleia Legislativa.

Mas todo processo de reconstrução requer primeiramente transparência para, de fato, conhecer os problemas e, só então, apresentar um planejamento para perseguir as possibilidades de resoluções em curto, médio e longo prazo. A cultura de implementar projetos midiáticos e eleitoreiros precisa ser alterada.

Este programa de Governo não tem o propósito de apresentar falsas promessas, mas sim ideias sustentáveis para que possamos pensar Mato Grosso para as próximas décadas com mudanças pontuais no funcionamento da máquina pública, uma nova visão por parte do servidor público e a conscientização do papel da população no processo proposto, alcançando estabilidade política, segurança jurídica e real desenvolvimento.

SUSTENTABILIDADE

É um termo usado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais sem comprometer o futuro das próximas gerações. Ou seja, a sustentabilidade está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e material racional, usando os recursos naturais de forma inteligente para garantir que eles sejam disponíveis também no futuro. Com estes parâmetros, a humanidade pode garantir o desenvolvimento sustentável, por meio de ideias, estratégias e atitudes ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente diversas.

Tipos de Sustentabilidade

Sustentabilidade Ambiental e Ecológica

É a manutenção do meio ambiente do planeta Terra, mantendo a qualidade de vida e os ecossistemas em harmonia com as pessoas.

A sustentabilidade ambiental ainda é cuidar para não poluir as águas, separar o lixo, evitar desastres ecológicos, como queimadas e desmatamentos irregulares, entre outras ações.

O próprio conceito de sustentabilidade é para longo prazo: Trata-se de encontrar uma forma de desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das próximas gerações de suprir as próprias necessidades.

O desafio da humanidade é preservar ou melhorar seu padrão de vida e manter o desenvolvimento tecnológico sem exaurir os recursos naturais do planeta.

Sustentabilidade Empresarial

Cada vez mais as empresas se preocupam com o meio ambiente, mas como parte de uma estratégia comercial e de marketing. Nas empresas, o conceito de sustentabilidade está ligado diretamente com responsabilidade social, tornou-se inclusive uma vantagem competitiva.

A empresa que se preocupa com a sustentabilidade é aquela que cuida do planeta, se preocupa com a comunidade, com o meio ambiente e é sempre louvável aos olhos do público.

A sustentabilidade nas empresas está também ligada à sustentabilidade econômica, que é alcançada através de um modelo de gestão sustentável, ou seja, um modo que incentiva processos que permitam a recuperação do capital financeiro, humano e natural da empresa.

Sustentabilidade Social

A sustentabilidade social é o conceito que descreve o conjunto de medidas estabelecidas para promover o equilíbrio e o bem-estar da sociedade, através de várias iniciativas que têm como objetivo **ajudar membros da sociedade que enfrentam condições desfavoráveis.**

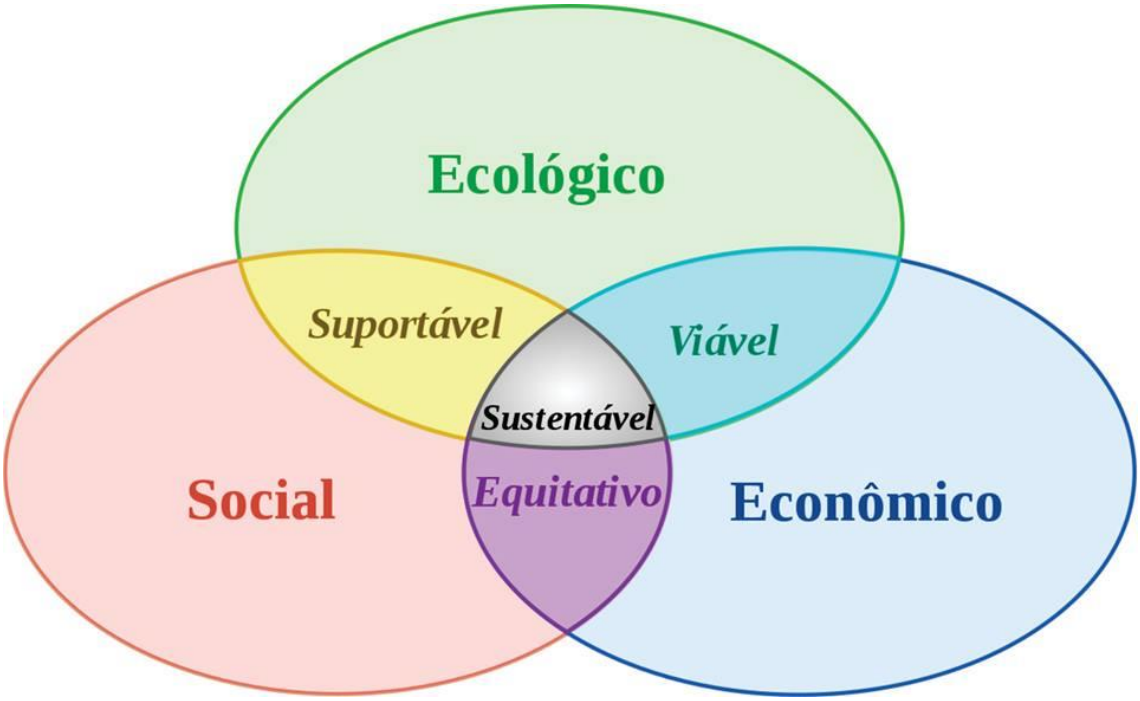
Outra meta importante é garantir a diminuição das desigualdades sociais, da violência, e a ampliação o ensino público de qualidade.

Entre alguns dos principais exemplos de medidas direcionadas para a sustentabilidade social, destaque para: incentivo aos programas de inclusão social; investimento em saneamento básico; incentivo aos projetos de qualificação profissional; incentivo aos programas culturais gratuitos e de educação pública para pessoas com baixa renda; entre outros.

Sustentabilidade econômica

Busca garantir o desenvolvimento econômico levando em consideração estratégias que não provoquem impactos ambientais ou que diminuam a qualidade de vida das pessoas em sociedade.

Entre algumas das ações que podem ser consideradas economicamente sustentáveis, destaque para: utilização de energias renováveis; fiscalização constante para evitar que outras empresas ou pessoas cometam crimes ambientais; entre outras.



<u>Este tripé prioriza a valorização da qualidade de vida das pessoas.</u>

As ações de governo serão voltadas, portanto, não apenas para os indicadores tradicionais, mas principalmente ao novo indicador já reconhecido pela ONU: a Felicidade Interna Bruta. Vamos adotar, na avaliação das ações de governo, este como o principal indicador, da maneira como o descrevemos abaixo.

São instrumentos do indicador Felicidade Interna Bruta - FIB:

1 - **O Bem-estar psicológico:** avalia o grau de otimismo das pessoas em relação a sua vida. Avalia-se a autoestima, o grau de stress e a espiritualidade.

2 - **A Saúde:** envolve ações de saúde disponíveis para a população pelo governo - tanto na prevenção quanto na cura -, a prática de exercícios físicos, nutrição, etc.

3 - **Uso do tempo:** avalia como as pessoas utilizam o tempo, inclusive o quanto gastam no trânsito, trabalho, lazer e educação.

4 - **Vitalidade comunitária:** envolve os relacionamentos e as interações na vida comunitária, a sensação de segurança, de pertencimento ao meio social, as ações de voluntariado.

5 - **Educação:** abarca questões de educação formal e informal, valores educacionais, questões relacionadas ao meio ambiente, e suas competências.

6 - **Cultura:** o indicador analisa as tradições culturais e locais, datas comemorativas e festejos tradicionais, eventos culturais, e o desenvolvimento das habilidades artísticas sem qualquer discriminação de raça, gênero e cor.

7 - **Meio ambiente:** como as pessoas se relacionam com o ambiente natural: sol, ar, água, área verdes, destinação do lixo e a biodiversidade.

8 - **Governança:** este indicador avalia a relação entre as pessoas e a mídia, o sistema de governo, processo eleitoral, poder judiciário, segurança, qualidade dos serviços prestados pelo governo.

9 - **Padrão de vida:** analisa a renda das famílias e dos indivíduos, a segurança econômica, endividamento, e a qualidade das habitações.

PAPEL DO ESTADO

O Estado social precisa focar seus esforços nas dimensões políticas (promovendo a paz social, gerindo a administração pública e aplicando os recursos na satisfação das necessidades coletivas), sociais (promovendo a melhoria das condições de vida e de bem-estar da população) e econômicas (pretendendo-se que estabilize a economia e garanta o seu bom funcionamento, incentivando e efetivamente apoiando o crescimento e desenvolvimento econômico).

O Estado deve garantir a eficiência, estabilidade e equidade, assumindo papel dinamizador, regulador, planificador e fiscalizador da atividade econômica. São os compostos da Constituição da República de 1988, que no artigo 3º diz, *in verbis: "Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação."*

O Estado cumprirá seu papel na esfera executiva, indelevelmente, com a atuação dos delegatários dos mandatos eletivos (agentes políticos) e dos agentes públicos (servidores), pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da administração indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos. O servidor público civil é titular de cargo público, mantém relação estatutária e integra o quadro da administração direta, autarquia ou fundação pública. O Estado, ente abstrato, representado por pessoas físicas eleitas, exercerão seu cargo ou função visando ao interesse público e ao bem comum, conforme reza a teoria subjetiva da Administração Pública.

Para que cumpra seu papel com sustentabilidade, soberanamente, o Estado deve focar nas àreas essenciais, conforme segue:

SAÚDE

A Constituição brasileira de 1988 diz que a “Saúde é direito de todos e dever do Estado” e criou o Sistema Único de Saúde (SUS), um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Ele abrange desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país.

Porém, a solução dos problemas de saúde pública não se limita a ausência de doença, e deve considerar, sobretudo, a busca da qualidade de vida, decorrente de outras políticas públicas que promovam a redução de desigualdades regionais e estimulem desenvolvimentos econômico e social

A gestão das ações e dos serviços de saúde deve ser solidária e participativa entre os três entes da Federação: a União, os Estados e os Municípios.

A rede que compõem o SUS é ampla e abrange tanto ações, como serviços de saúde. Ela engloba a atenção básica, média e alta complexidades, os serviços urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica.

A primeira providência para geração de boa política pública nessa área essencial passa pelo entendimento do papel dos diversos agentes da estrutura do SUS. Assim:

- O Ministério da Saúde é o gestor nacional do SUS, que formula, normatiza, fiscaliza, monitora e avalia políticas e ações, em articulação com o Conselho Nacional de Saúde. Atua no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) para pactuar o Plano Nacional de Saúde. Integram sua estrutura: Fiocruz, Funasa, Anvisa, ANS, Hemobrás, Inca, Into e oito hospitais federais;

- A Secretaria Estadual de Saúde (SES) participa da formulação das políticas e ações de saúde, presta apoio aos municípios em articulação com o conselho estadual e participa da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) para aprovar e implementar o plano estadual de saúde;

- A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) planeja, organiza, controla, avalia e executa as ações e serviços de saúde em articulação com o conselho municipal e a esfera estadual para aprovar e implantar o plano municipal de saúde;

- Os Conselhos de Saúde nos âmbitos de atuação nacional, estadual ou municipal, em caráter permanente e deliberativo, são órgãos colegiados compostos por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo. Cabe a cada Conselho de Saúde definir o número de membros, que obedecerá a seguinte composição: 50% de entidades e movimentos representativos de usuários; 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde e 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos;

- As Comissões Intergestores Tripartite (CIT) são os foros de negociação e pactuação entre gestores federal, estadual e municipal, quanto aos aspectos operacionais do SUS;

- As Comissões Intergestores Bipartite (CIB) são os foros de negociação e pactuação entre gestores estadual e municipais, quanto aos aspectos operacionais do SUS;

- O Conselho Nacional de Secretário da Saúde (Conass) é entidade representativa dos entes estaduais e do Distrito Federal na CIT para tratar de matérias referentes à saúde;

- O Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) é entidade representativa dos entes municipais na CIT para tratar de matérias referentes à saúde.

Todos estes atores devem obedecer aos princípios do SUS:

Universalização: a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação, ou outras características sociais ou pessoais.

Equidade: o objetivo desse princípio é diminuir desigualdades. Apesar de todas as pessoas possuírem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas. Em outras palavras, equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior.

Integralidade: este princípio considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades. Para isso, é importante a integração de ações, incluindo a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação. Juntamente, o princípio de integralidade pressupõe a articulação da saúde com outras políticas públicas, para assegurar uma atuação intersetorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na saúde e qualidade de vida dos indivíduos.

A operacionalização do SUS se faz mediante a divisão das responsabilidades dos entes, conforme segue:

União

A gestão federal da saúde é realizada por meio do Ministério da Saúde. O governo federal é o principal financiador da rede pública de saúde. Historicamente, o Ministério da Saúde aplica metade de todos os recursos gastos no país em saúde pública em todo o Brasil, e estados e municípios, em geral, contribuem com a outra metade dos recursos. O Ministério da Saúde formula políticas nacionais de saúde, mas não realiza as ações. Para a realização dos projetos, depende de seus parceiros (estados, municípios, ONGs, fundações, empresas, etc.). Também tem a função de planejar, elaborar normas, avaliar e utilizar instrumentos para o controle do SUS.

Estados e Distrito Federal

Os estados possuem secretarias específicas para a gestão de saúde. O gestor estadual deve aplicar recursos próprios, inclusive nos municípios, e os repassados pela União. Além de ser um dos parceiros para a aplicação de políticas nacionais de saúde, o estado formula suas próprias políticas de saúde. Ele coordena e planeja o SUS em nível estadual, respeitando a normatização federal. Os gestores estaduais são responsáveis pela organização do atendimento à saúde em seu território.

Municípios

São responsáveis pela execução das ações e serviços de saúde no âmbito do seu território. O gestor municipal deve aplicar recursos próprios e os repassados pela União e pelo estado. O município formula suas próprias políticas de saúde e também é

um dos parceiros para a aplicação de políticas nacionais e estaduais de saúde. Ele coordena e planeja o SUS em nível municipal, respeitando a normatização federal. Pode estabelecer parcerias com outros municípios para garantir o atendimento pleno de sua população, para procedimentos de complexidade que estejam acima daqueles que pode oferecer.

Entendemos imprescindível a proposição de parâmetros de leito hospitalares que levem em consideração necessidades específicas definidas por tipo de leito, faixa etária e porte hospitalar da unidade à qual a estimativa se refere (tipo de leito, hospital, município, UF) e a composição mínima de uma equipe de sáude.

Os parâmetros da equipe mínima já foram definidos pelos SUS: um responsável técnico com título de especialista em terapia intensiva ou com experiência comprovada em terapia intensiva, ou emergencista ou título de especialista em clínica médica com experiência comprovada de pelo menos 2 anos na área de emergência clínica ou terapia intensiva; um médico diarista (rotineiro) para o turno da manhã com título de especialista em terapia intensiva, ou especialista em clínica médica/medicina interna com experiência mínima comprovada em serviço de terapia intensiva ou emergência médica para cada 15 leitos/fração; um médico plantonista por turno, exclusivo da unidade, para cada 15 leitos ou fração; um enfermeiro coordenador responsável pela área de enfermagem; um enfermeiro assistencial por turno, exclusivo da unidade, para cada 15 leitos/fração; um fisioterapeuta para cada 15 leitos/fração no turno da manhã, da tarde e noite; um fonoaudiólogo e/ou terapeuta ocupacional disponível para a unidade; um psicólogo disponível para a unidade; um técnico de enfermagem para cada 4 leitos/fração por turno; um funcionário exclusivo responsável pelo serviço de limpeza. Essa é a propugnação deste Plano de Governo.

Essa equipe deverá promover as avaliações médicas especializadas no hospital minimamente disponíveis nas áreas de nefrologia; neurologia/neurocirurgia; cirurgia geral; cardiologia; e traumato-ortopedia, munida dos recursos assistenciais disponíveis na estrutura hospitalar como agência transfusional 24 horas/dia; laboratório de análises clínicas com hemogasometria 24 horas/dia; laboratório de microbiologia; ultra-sonografia; ecodopplercardiografia; terapia renal substitutiva; serviço social; serviço de suporte nutricional; e exames radiológicos convencionais a beira do leito (RX móvel); recursos assistenciais disponíveis por acesso formalizado; serviço de

cirurgia cardiovascular; fibrobroncoscopia; eletroencefalografia; serviço de cardiologia intervencionista; tomografia computadorizada; e anatomia patológica.

Todas estas especialidades deverão integrar, conforme normas específicas, os postos de sáude da família (PSF), das unidades de pronto atendimento (UPA), dos hospitais regionais, filantrópicos e universitários.

Será necessário um diagnóstico das condições existenciais de tais recursos para uma reformulação das políticas de Estado para a saúde, especialmente:

- do Centro estadual de Odontologia para Pacientes Especiais;

- do Centro Estadual de Referência em Média e Alta Complexidade;

- do Ambulatório da Dermatologia Sanitária;

- do Ambulatório DST/AIDS/HEPATITES VIRAIS;

- do Ambulatório da Pneumologia Sanitária;

- do Ambulatório da Unidade de Diagnóstico por Imagem - UDI;

- do Centro de Referência para Imunobiológicos Especiais - CRIE;

- do Centro Integrado de Assistência Psicossocial (Hospital Adauto Botelho);

- do Centro de Reabilitação Integral Dom Aquino Correa;

- do Hemocentro – Sangue e Hemoderivados; e

- do Laboratório Central de Saúde Pública de Mato Grosso – LACEN MT.

Sem um mapeamento real da situação dos aparelhos de saúde colocados à disposição da população de Mato Grosso é impossível realizar uma política de saúde com sustentabilidade, priorizando as patologias com caráter de urgência.

Nesse diapasão, cabe tecer comentário quanto ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, principal componente da Política Nacional de Atenção às Urgências, criada em 2003, e que tem como finalidade proteger a vida das pessoas e garantir a qualidade no atendimento no SUS.

A política tem como foco cinco grandes ações:

- organizar o atendimento de urgência nos pronto-atendimentos, unidades básicas de saúde e nas equipes do Programa Saúde da Família;

- estruturar o atendimento pré-hospitalar móvel (SAMU 192);

- reorganizar as grandes urgências e os pronto-socorros em hospitais;

- criar a retaguarda hospitalar para os atendidos nas urgências; e

- estruturar o atendimento pós-hospitalar.

Hoje o que se presencia no atendimento é o recolhimento do cidadão em situação de emergência e seu "descarregamento" em alguma unidade de pronto de atendimento, sem que haja uma efetiva avaliação condicional, o que coloca o paciente em risco de morte em função da fila de espera. A proposta passa por criar sistema em que a avaliação de emergência seja uma realidade, direcionando o paciente para a necessária estabilização e pós-atendimento. Isso se faz com gestão de informações em tempo real, aliada ao necessário quadro adequado da equipe de atendimento.

Será realizado diagnóstico situacional dos Hospitais Metropolitano de Várzea Grande e Regionais de Alta Floresta, Colíder, Rondonópolis, Sorriso, Cáceres e Sinop, de maneira **TRANSPARENTE**, a fim de revelar à população o efetivo motivo da prorrogação por mais 180 dias das situações de emergência. Não se pode tolerar situação de emergência com prazo maior do que a Lei reserva, pois nesse caso, a solução proposta não pode ser a mera decretação de emergencialidade por si só.

Atualmente, estão sob a gestão direta da Secretaria de Estado de Saúde (SES) os hospitais regionais de Cáceres, Sorriso, Colíder, Alta Floresta e o Metropolitano de Várzea Grande. Os regionais de Rondonópolis e Sinop estão sob a administração temporária do Instituto Gerir, que assumiu a administração das unidades em outubro (Rondonópolis) e dezembro (Sinop) por um período de seis meses, períodos que foram renovados por mais 180 dias nas duas situações.

Nota-se pelo Mapa abaixo que demonstra a posição geográfica dos atuais hospitais regionais, que a região Nordeste, o Araguaia ficou totalmente desassistida e a Noroeste, com cidades como Juara, Juína, não é diferente.

O atual modelo de gestão hospitalar também precisa ser revisto. A responsabilidade direta pela administração da unidade que esta contratualizado sob modelo de concessão às Organizações Sociais da Saúde (OSS) é das mesmas, mas o serviço de saúde continua sendo público - bens, mobiliários e equipamentos pertencem

ao Estado - cabendo a ele o papel de planejador, administrador e fiscalizador das atividades, não sendo lícito ao Estado declinar desta competência.

Os resultados alcançados pelo modelo são supervisionados e avaliados por uma comissão específica, integrada dentre outros, por representantes da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa e representantes do Conselho Estadual de Saúde, que verifica o cumprimento das metas estipuladas no contrato de gestão. Além disso, os hospitais sob gerenciamento de OSS devem publicar anualmente as suas contas no Diário Oficial do Estado, para a revisão do Tribunal de Contas do Estado, que deve aprovar a sua execução. A auditoria hospitalar do SUS e a avaliação fiscal pela Secretaria da Fazenda completam o quadro de avaliação e controle. Um estado planejador de políticas públicas eficazes, alinhadas com as necessidades da população, é um fiscalizador de metas e resultado. É isso que queremos.

Saúde Indígena

Destaque especial merece o tema da saúde indígena no estado de Mato Grosso, face ao quantitativo da população indígena distribuida no território estadual, em torno de 50 mil indigenas, que representa cerca de 6% de índios do Brasil, divididos em 48 etnias. Existem estruturas do Governo Federal (Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI), que cuidam especificamente de tal política.

O Estado deve protagonizar ações preventivas. Como exemplo, cita-se o DSEI – Cuiabá. Lá uma equipe de Atenção Psicossocial realiza ações de fomento ao protagonismo das mulheres indígenas para produção de hortaliças na região da terra indígena Merure, a 400 km da capital mato-grossense.

Para a execução do projeto, a equipe de saúde mental do DSEI buscou intervir com ações como rodas de conversa com a população, visitas domiciliares na localidade e articulação intersetorial para capacitação no plantio de gêneros vegetais.

A partir da iniciativa as mulheres indígenas da localidade decidiram criar uma associação para a produção de alimentos em suas aldeias. Além de atuarem no cuidado da comunidade, o espaço é um incentivo para jovens e adultos (homens, inclusive) ampliarem a produção alimentícia. O projeto conta com oferta de sementes e mudas nativas de consumo tradicional do povo indígena Bororo.

Além do DSEI Cuiabá, a iniciativa conta com o apoio da Missão Salesiana, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social, Escola de Saúde Pública, Operação Amazônia Nativa (OPAN) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

O Estado de Mato Grosso deve cooperar com o Governo Federal nas políticas de cuidados para com a saúde indígenas, proporcionando condições à UNEMAT que já aplica a inclusão de dezenas de comunidades indígenas para que estes tenham acesso aos serviços públicos sem se deslocar de suas aldeias, exceto nos casos que necessitarem de exames mais complexos, internações e procedimentos cirúrgicos.

Política Nacional de Combate ao Câncer

O recorte na política estadual de saúde pública que cuida da questão do câncer também merece destaque.

É necessário diagnóstico situacional para verificar a efetividade das ferramentas de gestão utilizadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá/MT, por intermédio de sua Central de Regulação (CR), para regular o acesso aos procedimentos oncológicos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A adequação dos procedimentos deve ser a tonante da política de tratamento oncológica, bem como se a Central de Regulação está adequadamente organizada e estruturada para operacionalizar a regulação dos procedimentos.

Em Cuiabá, três estabelecimentos de saúde estão habilitados como prestadores de serviços de oncologia: o Hospital de Câncer de Mato Grosso, a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá e o Hospital Geral. Estes hospitais disponibilizam consultas especializadas em oncologia, quimioterapia adulta e infantil, radioterapia, iodo terapia e cirurgia oncológica, dentre outros procedimentos em oncologia.

Quanto ao Hospital Geral, a gestão dos serviços de regulação é compartilhada entre o estado de Mato Grosso e o município de Cuiabá. Em relação ao Hospital de Câncer de Mato Grosso e a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, a gestão dos serviços de oncologia é efetuada exclusivamente pela Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá.

Em regra, a Central de Regulação operacionaliza a regulação do acesso aos procedimentos em saúde por meio do Sistema de Centrais de Regulação – SISREG, desenvolvido e disponibilizado pelo Ministério da Saúde. É necessário que TODOS os procedimentos sejam regulados por meio de sistemas informatizados, auditados periodicamente, assegurando transparência e isonomia de atendimento.

Considerando o alto índice de pacientes diagnosticados com algum tipo de câncer no estado, inclusive necessitando se deslocar para outras unidades da federação, o que gera além de sofrimento, transtorno pra os pacientes e familiares, um alto custo do tratamento fora do domicílio.

Proporemos as unidades hospitalares especializadas, a estruturação da infraestrutura destas para que possam absorver as necessidades dos pacientes residentes no estado, que pela estimativa 2018 do INCA – Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, será de 10.300 pessoas para cada 100 mil habitantes.

EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

O Estado tem a finalidade de propor e executar políticas públicas voltadas ao ensino fundamental e ao esporte e lazer, assegurando ao estudante o desenvolvimento de capacidades e a construção de conhecimentos para a formação de valores humanos na conqusita da cidadania e a participação do esporte no desenvolvimento social, econômico, político e ambiental do estado de Mato Grosso.

O melhor caminho para evitar a criminalidade é a realização de justiça social, com justa distribuição de riquezas e oportunidades iguais para todos, cuidando para que o ensino no Brasil não seja só uma fachada. É preciso evitar a evasão escolar. A escola precisa ter atrativos, precisa despertar o interesse das crianças. O Brasil tem estado inerte no tocante à resolução do problema educacional. Os professores recebem salários indignos e são constantemente humilhados, desrespeitados ora pelos próprios alunos, ora pela própria comunidade. É preciso que se criem escolas com infraestrutura adequada, com professores capacitados e satisfatoriamente remunerados para ensinar as crianças e os jovens.

As ruas estão cada vez mais cheias de menores. Essas crianças correm o risco de crescerem na marginalidade, a graduar-se na criminalidade e chegará o dia em que serão levadas à prisão, onde serão tratadas de maneira desumana, cruel. Todos os dias, jovens recém-saídos da adolescência, frutos da omissão do Estado e dos pais, são empurrados para a criminalidade.

A educação deve despertar a curiosidade dos estudantes, estimular e propor estratégias inovadoras, formar empreendedores que estejam preparados para enfrentar os imprevistos da vida. A compreensão mútua entre os seres humanos deve estar implícita no processo educacional e o estudante deve sair da escola apto para o trabalho e para se adaptar às novas profissões que surgirão nos próximos anos.

Alguns números a seguir demonstram a responsabilidade do Governo do estado de Mato Grosso na elaboração e gestão de políticas públicas de educação.

São 40.955 servidores efetivos, dos quais 17.501 são aposentados e pensionistas. 14.962 são professores temporários. O número de escolas é de 765, sendo 550 urbanas e 215 rurais. O número de alunos é de 388.082 (335.188 nas escolas urbanas e 52.894 nas rurais e 11.699 em escolas indígenas).

Com tais números, é necessário que o Estado desenvolva uma política educional inclusiva, voltada para o aspecto qualitativo, com ênfase na formação humana. Esse modelo somente poderá efetivar-se mediante a gestão participativa do professorado no processo democrático da gestão administrativa. Ouvir os principais operadores do sistema é essencial enquanto estratégia de construção de uma educação mais efetiva.

Alguns programas tais como o "Escola Plena" (alunos em período integral), o Pró-arte "Prinart" (música, canto, teatro, artesanato, dança, escultura, pintura, literatura), o Programa "Tá ligado" (interação com tecnologia) e o Programa "Mais Educação" poderão sofrer alterações ou mesmo ampliação, a depender da avaliação de uma equipe técnica da Secretaria, com a participação do Sindicato dos professores na construção de Escolas mais atrativas.

Disposto o cenário atual, há que se defender projetos de médio e longo prazo, tais como: a implantação de internet por meio de fibra ótica, aberta aos servidores e alunos devidamente cadastrados com seus dispositivos; redefinição dos laboratórios de informática nas escolas (e neste aspecto, as Parcerias Público Privadas podem servir para ampliar o atendimento com mais qualidade e atratividade).

Posicionar a escola como indutora de políticas públicas na comunidade, numa visão sustentável, é possível conjugar esforços dos programas de Assistência Social, albergando a estrutura dos Centros de Referências em Assistência Social (CRAS), minimizando custos para os municípios com despesas de espaços locados para essa finalidade. Esse é o protagonismo desejado pelo contribuinte do estado de Mato Grosso.

A universalização dos aplicativos educacioanais surge como alternativa para a substituição dos custos com os livros didáticos, contribuindo para motivar alunos para a prática da leitura e pesquisas nos moldes modernos sem, contudo, abandonar a tradicional biblioteca.

A criação de bibliotecas digitais para atender aos alunos e servidores da educação que são desprovidos dessa tecnologia em suas residências, como forma de permitir acesso às informações globalizadas.

As bibliotecas tradicionais existentes serão revitalizadas, com o resgate e valorização dos seus acervos.

A implantação de um sistema eletrônico de controle de entrada e saída de estudantes possibilitará maiores recursos para que a direção/supervisão das escolas faça

um acompanhamento e uma gestão preventiva compartilhada com os pais ou responsáveis legais, por meio de um aplicativo.

O fomento à cultura, ao esporte e ao lazer nos ambientes escolares, com a competição saudável entre as unidades em todo estado contribuirá para a formação humana e será perseguida pelo nosso Governo.

Além do acima dito, nossa proposta ainda é a de padronizar as estruturas físicas com modelos que atendam as necessidades de cada região, com foco na acessibildade e diferença de gêneros, atraindo a comunidade para o ambiente escolar e promovendo parceria com pequenos produtores para melhor qualidadae da merenda escolar.

Também promoveremos a inserção de programa de educação ambiental em parceria com cooperativas de trabalhadores no aproveitamento de materiais recicláveis, estímulando as coletas seletivas, promovendo a educação ambiental, onde as unidades escolares podem se transformar em pontos de coletas, gerando fonte de renda às unidades.

Um programa de nutrição dos professores nas unidades escolares deve ser regulamentado, além do dialogo com os profissionais da educação para tratar de temas sensíveis, como a adoção de uniforme para os profissionais da educação, como forma de valorizar a imagem e autoestima desses servidores públicos tão essenciais à formação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Os resultados na área da educação serão sentidos em médio e longo prazo, após a formação completa de uma primeira geração moldada por um sistema continuado e acompanhado de perto por diversas instituições e pela comunidade, em estratégia de Estado e não de governo ou de interesses de grupos políticos. Talvez seja esse um dos motivos que os governantes não priorizam investimentos nessa área.

UNEMAT

Instrumento estratégico na política de ensino e pesquisa do estado de Mato Grosso, a Universidade do Estado de Mato Grosso foi fundada em 20 de julho de 1978, e alcançou o status de Universidade apenas em 1993.

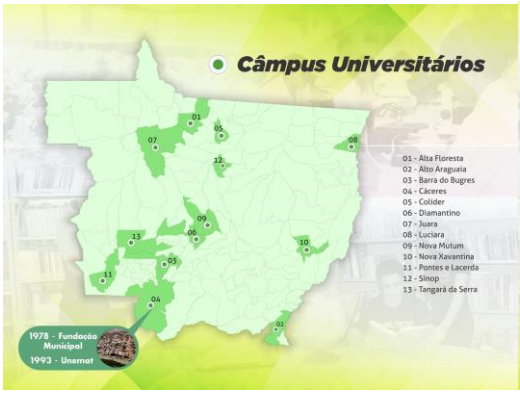
Desenvolve cursos em 43 municípios por meio de 13 Campus, 18 núcleos pedagógicos e 24 polos educacionais de ensino à distância. Atende 22 mil acadêmicos. Além da graduação, oferta 16 mestrados e 4 doutorados.

Foi a primeira insitituição na América Latina a oferecer curso superior específico de licenciatura para indígenas, desde 2001, com 32 etnias alcançadas.

A partir de 2001, no ensino a distância forma professores da rede pública nos cursos de pedagogia e educação infantil, integrando desde 2010 o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Sua missão é “oferecer educação superior pública de excelência, promovendo a produção do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão de maneira democrática e plural, contribuindo com a formação de profissionais competentes, éticos e compromissados com a sustentabilidade e com a consolidação de uma sociedade mais humana e democrática”.

Algumas ilustrações a seguir podem auxiliar na compreensão da importância da Unemat para que o estado de Mato Grosso alcançe sustentabilidade na área da pesquisa e extensão, além da formação e profissionalização de mão de obra especializada, que com certeza contribuirá para o aumento da renda salarial, face ao crescimento dos setores primário, secundário e de seviços que tanto são estampados na mídia, institutos de pesquisa e estatística do Brasil.

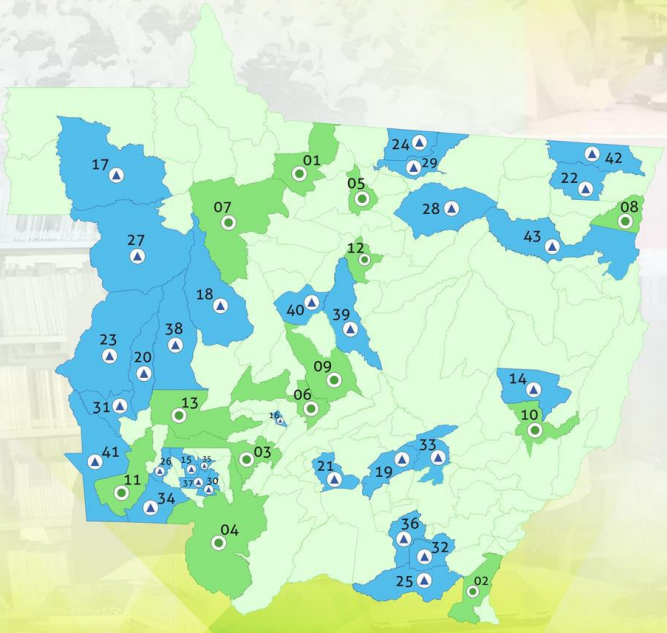


Mato Grosso tem 48 etnias indígenas
32 são atendidas pela Faculdade Intercultural Indígena
em 26 municípios

Etnia	Município
Apiaká	Juara
Bakairi	Paranatinga
Bororo	Rondonópolis - Santo Antônio do Leverger
Chiquitano	Comodoro - Porto Esperidião
Cinta Larga	Aripuanã - Juína
Ikpeng	Feliz Natal
Irantxe	Brasnorte
Juruna	Marcelândia
Kalapalo	Canarana - Gaúcha do Norte
Kamayurá	Feliz Natal
Karajá	Santa Terezinha
Kayabi	Feliz Natal - Juara - Querência
Kisêdjê (Suyá)	Querência
Kuikuro	Gaúcha do Norte
Matipu	Querência
Mebêngôkre	Altamira (PA) - Peixoto de Azevedo

Etnia	Município
Mehinako	Gaúcha do Norte - Querência
Munduruku	Alta Floresta - Juara
Myky	Brasnorte
Nafukuá	Gaúcha do Norte
Nambikwara	Comodoro - Sapezal
Paíter (Suruí)	Rondolândia
Paresi	Tangará da Serra
Rikbaktsa	Brasnorte - Juara
Tapayuna	Peixoto de Azevedo
Tapirapé	Confresa - Santa Terezinha
Terena	Matupá - Peixoto de Azevedo (Aldeia em local indefinido)
Trumai	Feliz Natal
Umutina	Barra do Bugres
Waurá	Feliz Natal - Gaúcha do Norte
Xavante	Barra do Garças - Canarana - Paranatinga - Região MédioAraguaia - Ribeirão Cascalheira
Yawalapiti	Gaúcha do Norte

Presença da Unemat em Mato Grosso



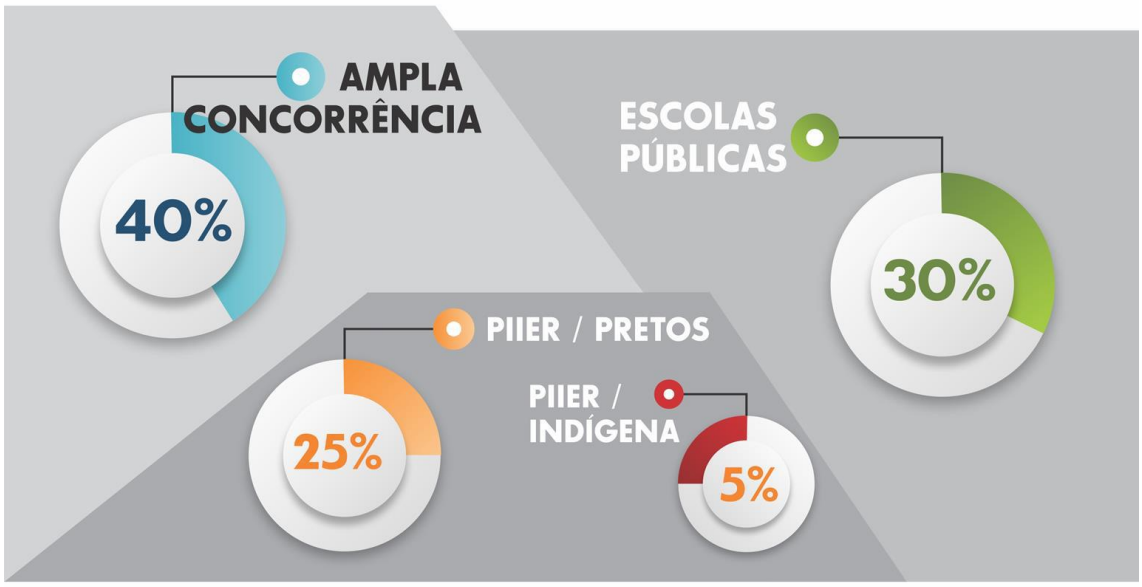
Câmpus Universitários

01 - Alta Floresta
02 - Alto Araguaia
03 - Barra do Bugres
04 - Cáceres
05 - Colíder
06 - Diamantino
07 - Juara
08 - Luciara
09 - Nova Mutum
10 - Nova Xavantina
11 - Pontes e Lacerda
12 - Sinop
13 - Tangará da Serra

Modalidades Diferenciadas

14 - Água Boa
15 - Araputanga
16 - Arenápolis
17 - Aripuanã
18 - Brasnorte
19 - Campo Verde
20 - Campos de Júlio
21 - Cuiabá
22 - Confresa
23 - Comodoro
24 - Guarantã do Norte
25 - Itiquira
26 - Jauru
27 - Juína
28 - Marcelândia
29 - Matupá
30 - Mirassol D'Oeste
31 - Nova Lacerda
32 - Pedra Preta
33 - Primavera do Leste
34 - Porto Esperidião
35 - Rio Branco
36 - Rondonópolis
37 - São José dos Quatro Marcos
38 - Sapezal
39 - Sorriso
40 - Tapurah
41 - Vila Bela da Santíssima Trindade
42 - Vila Rica
43 - São Félix do Araguaia

Políticas de acesso
SISU / VESTIBULAR

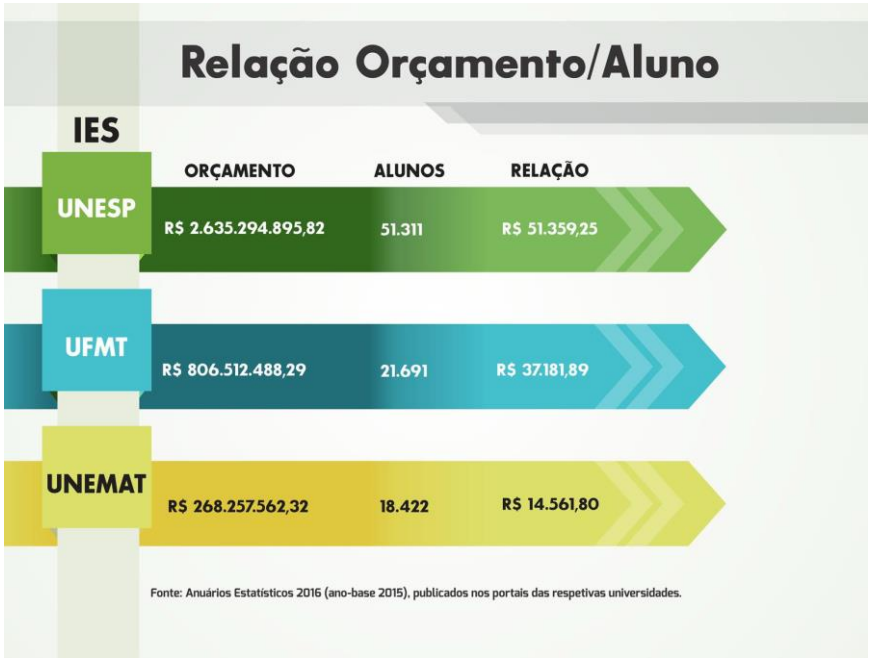


Comunidade Acadêmica

Servidores	número
Professores Efetivos	849
Técnicos efetivos	632
Professores contratados	590
Técnicos contratados	54
Terceirizados	480
Total	2595
Fonte UNEMAT Agosto de 2017	

É indiscutível a importância da Universidade Estadual de Mato Grosso na contribuição para o desenvolvimento do Estado, através das pesquisas e formação superior continuada em quase 30% dos municípios, a ofertar a comunidade diversos cursos.

É notório, com base na comparação no quadro a seguir, com outras Universidades, a necessidade de aplicação de recursos, além de honrar com os repasses obrigatórios, para ampliar a qualidade da prestação dos serviços nos *campus* já existentes, com ampliação e reformas necessárias, além de um projeto de expansão para outros municípios.



Em nosso Governo serão constantes o fomento às pesquisas voltadas às necessidades de desenvolvimento de Mato Grosso na construção de uma sustentabilidade social, científica, tecnológica, ambiental e econômica. E ainda, na

formação de profissionais nas áreas de saúde para a inserção destes nas unidades de saúde manutenidas pelo SUS.

Para tanto teremos as seguintes metas a perseguir, com apoio da comunidade acadêmica:

1. Promover a efetiva política da autonomia orçamentária e financeira da UNEMAT.

2. Garantir a devolução imediata de toda taxa arrecadada durante as atividades acadêmicas promovidas pela UNEMAT, para fins de custeio, manutenção e investimento da Instituição.

3. Investir em infraestrutura física em todos os Campi da UNEMAT, como construção de salas de aula, laboratórios, bibliotecas, salas de professor, de pesquisa, campo experimental, auditórios e acesso a tecnologias de comunicação.

4. Políticas de manutenção/reforma das estruturas existentes nos Campi, como prédios, áreas externas (complexo poliesportivo, pavimentação asfáltica, energia elétrica e fornecimento de água).

5. Investir na criação de Restaurante Universitário/RU;

6. Projetar a Casa do Estudante Universitário/CEU nos Campi que atendam a demanda.

7. Participação efetiva na proposição e implementação de políticas de Ciência e Tecnologia e Inovação no Estado de Mato Grosso, com vistas nas atuações junto à SECITEC e FAPEMAT para o fortalecimento da Pesquisa e Extensão na graduação e pós-graduação.

8. Integrar as relações com a SEDUC, fortalecendo a parceria na proposição e implementação de políticas educacionais, como as modalidades diferenciadas: Indígena, Parceladas e cursos fora de sede, visando melhor atendimento às demandas do Estado.

9. Autorizar a realização de concursos públicos para ao menos recompor o quadro de pessoal qualificado para as atividades fim e meio da UNEMAT.

10. Apoio a efetivação dos Plano de Cargos, carreira e salários - PCCS dos docentes e dos Técnicos da UNEMAT.

11. Ampliar as ofertas de bolsas de extensão e pesquisa favorecendo as ações de extensão, cultura e esporte.

CULTURA

Um estado com valioso patrimônio cultural como Mato Grosso, com influências variadas expressas pela dança, música, cantos, culinária, teatro, artesanato, igrejas, literatura e festivais folclóricos em diferentes regiões.

A cultura e a educação são indissociáveis na formação de um cidadão com valores e princípios.

De maneira que a preservação cultural da história em diversos municípios, com incentivos a disseminação das variadas manifestações precisam ter espaço nos ambientes escolares e acadêmicos, no sentido de promover a valorização das comunidades e as inserir no circuito turístico regional.

O papel indutor do estado é essencial para que os artistas regionais encontrem apoio na iniciativa privada e contagiem a população a conhecer e atuar como propagadores da riqueza cultural.

Projetos sistêmicos que possibilitem os artistas a exercerem seus talentos como atividade laboral e contribuirem para a economia aquecendo o turismo cultural em diversas cidades.

Promover a difusão cultural na capital e no interior por meio da valorização da cultura local nas áreas da música, teatro, cinema, artes plásticas, artesanato, dança, grupos folclóricos e nativistas, museus, patrimônio histórico e natural, entre outros, associados as políticas de incentivo ao Turismo.

Incentivar a criação de Escolas de Arte e as já existentes, associando-as as estruturas das Escolas estaduais, em especial as que já possuem em suas estruturas físicas os espaços adequados para a promoção das atividades culturais.

Valorizar os artistas locais já atuantes e o desenvolvimento de novos talentos, com a formatação de bolsas culturais que permitam ao aperfeiçoamento e formação de seus talentos, associado aos estudos até a formação superior.

SEGURANÇA PÚBLICA

A Constituição Federal em seu Art. 144. A segurança pública. Dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I – polícia federal; II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal; IV – polícias civis; V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

A população se vê atordoada quando o assunto é a segurança pública, se privando de sua liberdade cada dia mais, visto a progressão da insegurança, com reflexos violentos, traumáticos e até trágicos na vida das famílias brasileiras.

Em Mato Grosso, muitos crimes não tão comuns na região passaram a fazer parte do cotidiano das cidades e alguns amedrontam as cidades do interior, antes consideradas pacatas, como é o caso dos Roubos a Bancos e os praticados em propriedades rurais, totalmente desassistidas de segurança pública.

O tráfico de drogas, com o aumento da comercialização diretamente ligada ao consumo da maconha, crack e cocaína atinge todas as classes sociais e geram intranquilidade no ambiente social e familiar.

Se faz necessário promover de fato a integração das agências de Segurança Pública, em nível federal, estadual e onde houver, municipal. Através de Termos de Cooperação, somar esforços naquilo que cada instituição tem de mais avançado e adequado para disponibilizar a todas, a criar uma rede de informações, que alimente desde dados estatísticos, a levantamentos de informações na área de inteligência para que toda a engrenagem possa dar uma resposta ao cidadão ou diminuir esse prazo, para amenizar a dor e angústia daqueles que precisam de atendimento dessa natureza. E subsidiar a tomada de decisões dos gestores públicos.

O Estado não pode ficar transferindo a responsabilidade para quem quer que seja, a deixar o cidadão sem atendimento ou resposta, a gerar um clima de insegurança em que cada um se protege como pode, se encarcerando dentro de suas próprias

residências e se privando do seu direito de ir e vir, como medida preventiva para não sofrer algum tipo de violência.

Investimento em tecnologias são urgentes, desde a comunicação com uma rede digital, com alimentação, armazenamento e tratamento de dados e informações, utilização de modernos sistemas de monitoramento nos pontos focais de violência e em todas as viaturas que atendem a segurança pública nos trabalhos ostensivos, para salvaguardar a segurança dos agentes, seus direitos e do cidadão.

O trabalho de apoio ao processo educacional de crianças e adolescentes precisa de fortalecimento e expansão para que todas as forças tenham acesso as escolas e assim às comunidades, despertando nestes o sentimento de servir motivados pelos bons exemplos dos agentes, em ações como teatro, palestras, esporte e lazer, música e outros talentos que fazem parte dessas instituições. Tal ação, além de aproximar e ser indutora de cidadania, quebra paradigmas de que as forças policiais só aparecem para através do sentimento do medo impõem a autoridade diante da população. É preciso resgatar o respeito de cada cidadão, preparando nossos agentes para essa mudança de conceito, por meio da forma de cada um se apresentar nos cenários sociais.

As estruturas físicas necessitam de modernização, padronização e segurança orgânica para que os agentes de segurança possam desempenhar suas funções e o cidadão se sinta mais acolhido com um atendimento mais humanizado. Além de se repensar o isolamento dos prédios das diversas instituições, onde com integração podem atuar de maneira integrada a um custo mais baixo para o Estado. Além de promover o intercâmbio e a soma de esforços, em especial nas cidades do interior de Mato Grosso, onde o efetivo é mínimo.

Os agentes de segurança pública são instrumentos para manutenção da Lei e da ordem, ingrata função em um País como o Brasil, em que naturalmente o cidadão transgrida o ordenamento jurídico em pequenas ações e comportamentos corriqueiros em que se tornaram naturais e transformam a ação da polícia, em impopular e até hostil, quando a reprender os infratores. Mas é preciso romper essa cultural e através do comprometimento de cada agente que faz parte da segurança pública em se tornar o primeiro exemplo de que é possível melhorarmos a qualidade de vida nos Bairros de

nossas cidades com a participação efetiva e colaboração de todos. Ou seja, trazer as pessoas do bem, cumpridoras dos seus deveres e obrigações a apoiar o Estado no combate aos ilicitos de qualquer natureza.

Os Conselhos de segurança - CONSEGs precisam ganhar mais espaço para debater, sugerir e propor ações nos mais diversos níveis da área e assim atuar como elo entre Estado e sociedade. Estes são essenciais para que a segurança pública alcance os municípios mais distantes e isolados das cidades pólos e também para a adoção de uma política de implementação à segurança nas zonas rurais, o que reduzirá o custo da produção em todos os níveis que variam de 5% a 8%, se considerados os gastos com segurança que vão dos limites da propriedade, ao escoamento da produção à oferta ao consumidor final.

A Segurança pública em Mato Grosso formada pela Polícia Militar, Polícia Judiciária Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Perícia Oficial e Identificação Técnica e o DETRAN necessita se integrar as diversas áreas do Estado, em especial Educação, Saúde, Meio ambiente, assistência social e outras de interesse indireto que geram diariamente reflexos na ação diária das instituições policiais.

Em especial a POLITEC e o DETRAN necessitam de investimentos para diminuir o tempo de resposta ao cidadão. A primeira para atuar cientificamente na solução dos mais variados delitos assistindo aos inquéritos e consequente processos. A segunda por estar presente em todos os municípios, protagonizar a indução de mudança de comportamento do cidadão e propor ações voltadas a mobilidade urbana e trânsito as Prefeituras municipais.

A valorização dos servidores que vai além da remuneração, precisa ser continua, com capacitações pontuais e voltadas a manutenção do bem-estar, motivação, conhecimento e orgulho em servir ao Estado e sua população.

Importante salientar que se faz primordial a análise de resultados da execução do Planejamento Estratégico da Secretaria de Estado de Segurança Pública 2016-2019, construído por uma equipe de qualificados servidores públicos que conhecem as

instituições, para que possamos atualizar, em prazo mais elástico de maneira sustentável.

Sistema Penitenciário e Sócio Educativo

Uma das competências da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH, a saber "compete gerir a política estadual de preservação da justiça, garantia, proteção e promoção dos direitos e liberdades do cidadão, dos direitos políticos e das garantias constitucionais; zelar pelo livre exercício dos poderes constituídos; supervisionar, coordenar e controlar o sistema penitenciário e o sistema socioeducativo; gerir as políticas de defesa do consumidor, e na defesa dos direitos individuais e coletivos, podendo exercer outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos de seu Regimento."

São 53 unidades administradas pela Secretaria, assim distribuídas: 42 cadeias públicas; A Colônia Agrícola de Palmeiras, 04 Centros de detenção provisórias (Lucas do Rio Verde, Juína, Tangará da Serra e Pontes e Lacerda) e 06 Penitenciárias – (Em Cuiabá: Penitenciária Central do Estado, Centro de Ressocialização de Cuiabá e Penitenciária Feminina Ana Maria do Couto; Em Água Boa; Em Rondonópolis e Em Sinop). (Fonte Site oficial SEJUDH-MT)

A população carcerária ultrapassa os 10 mil detentos já sentenciados, de acordo com o estudo desenvolvido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional- Depen, o que gera superlotação no sistema e o caos nas unidades

Investimentos equivocados em educação, esporte, cultura e lazer contribuem para essa grave realidade, na contramão de um caminho de desenvolvimento, quando se deveria edificar escolas e espaços públicos para cultura e lazer, se projeta construção de cadeias públicas e penitenciárias.

A que se instituir novos modelos de cárceres para cumprimento das penas para amenizar a formação das chamadas "faculdades do crime", a iniciar pela individualização das celas, da participação de entidades religiosas, Lyons, Rotary, Maçonaria e outras da sociedade civil organizada, na promoção do acesso à educação, religiosa e cívica. E ainda, as Parcerias Públicas Privadas- PPP para instalação de oficinas e fábricas para oferecer trabalho remunerado aos reeducandos, que além de

participar do custeio da unidade com percentual de sua remuneração, ainda terão a garantia da Remição da pena, prevista no art. 28 da Lei de Execuções penais e uma perspectiva de reinserção na sociedade, por meio do mercado de trabalho.

No modelo atual, a "prisão não recupera ninguém. Ela aniquila pessoas. É o maior instrumento de opressão utilizado contra os oprimidos. Nela impera o ócio. As pessoas que lá estão não desenvolvem nenhuma atividade profissionalizante. Não são preparadas para se reintegrarem à sociedade, mas sim para continuarem oprimidas e à margem da sociedade". Dr. Neli Trindade, Trabalho penitenciário: Um dever e um direito.

É necessário ainda:

➢ Melhorar a habitabilidade dos atuais presídios;

➢ Combater corrupção e os privilégios;

➢ Criar ou ampliar programas de educação e trabalho para que 100 % dos reclusos estejam incluídos em atividades laborativas e educativas, acabando com a ociosidade no interior dos presídios.

➢ Construir presídios com novos conceitos.

➢ Implantar uma política de valorização dos servidores do sistema penitenciário.

➢ Reduzir continuamente até acabar com presos nas delegacias criando, em cada microrregião, "Casas de Detenção" para os presos provisórios.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros.

Os Centros de Referências em Direitos Humanos – CRDH vinculada à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, com sede em Cuiabá fundada pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos voltada para a efetivação dos direitos fundamentais e direitos sociais, previstos na Constituição Federal. Combater qualquer tipo de preconceito, discriminação étnica, religiosa, pessoas com deficiência, assegurando os direitos das minorias, em especial os povos indígenas, negros, quilombolas e com outras orientações sexuais. Ou seja, em situação de vulnerabilidade social.

Também deve atender a crianças, à gestante, o idoso, e as pessoas deprimidas economicamente vítimas de desastres naturais ou imigrantes acolhidos pelo Estado.

➢ Combater qualquer tipo de discriminação e ampliar ações públicas no sentido de promover a igualdade entre os cidadãos.

➢ Promover políticas públicas de combate ao uso de drogas, de atendimento aos dependentes químicos e atendimento psicológico e social a soropositivos.

➢ Implementar um programa de aluguel social destinado às vítimas de catástrofes naturais.

➢ Ampliar programas de educação, formação profissional e reinserção social os apenados.

➢ Desenvolver programas agrícolas voltados aos agricultores não detentores de propriedades, em terras em áreas devolutas do estado e aquelas destinadas à reforma agrária.

➢ Fortalecer as políticas de Defesa do Consumidor.

➢ Combater a violência de gênero, em especial contra as mulheres e aos idosos.

➢ Fortalecer as ações da Defensoria Pública e ampliar o convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil para que os cidadãos de baixa renda tenham orientação e

acesso à justiça por meio de advogados conveniados. Bem como, as ações dos diversos conselhos em defesa dos grupos mais vulneráveis.

Ademais, o Centro de referência em Direitos Humanos passará a apoiar às vítimas e/ou seus familiares, pois nesse momento o cidadão se torna vulnerável.

ECONOMIA

A apresentação do desenvolvimento econômico é o terceiro pilar e não está dissociado dos demais eixos estratégicos do plano de governo, necessitando ser entendido como esteio para a consecução de uma sociedade mais justa e um Estado mais responsável em sua missão de conduzir os cidadãos em direção a uma vida melhor. Ou sejam, os três pilares, Desenvolvimento Humano, Estado e Economia devem ser lidos de maneira indissociável da mesma realidade.

Os agentes econômicos serão convidados a cooperar e potencializar a construção de uma sociedade inclusiva e o papel do Estado será de articulador e indutor desse mecanismo, sendo menos interventor. A filosofia requer que exista estreita cooperação entre os atores econômicos e a sociedade, potencializando as oportunidades, com foco nas estruturas espaciais que necessitem novo arranjo e ritmo.

Planejamento participativo será o mote básico, contemplando estratégia de base ao Programa de Governo. Necessária é a oitiva dos setores produtivos, com a articulação das iniciativas dos diversos agentes, que hoje se encontram seccionadas e focadas em setores especializados, sem coordenação geral. A economia deve servir à sociedade e não apenas visar o fim em si mesma, pois a vontade da população deve estar estampada na busca do estado econômico de prosperidade. Cada família, cada célula social econômica, deve prosperar, afim de que a benesse social seja realidade.

Especificamente, as seguintes diretrizes estão estabelecidas no Programa:

Política de industrialização com base no conceito de agrupamento produtivo

Para além do efeito agregador de valor e geração de renda, a política de industrialização deve efetivamente transformar as relações éticas do trabalho. O primado da inclusão, baseando-se em critérios de racionalidade, com estímulo de eficiência produtiva, será o pilar estruturante dessa nova realidade. O incentivo aos arranjos produtivos locais será o motor indutor dessa transformação.

As iniciativas isoladas de industrialização não devem surgir apenas de escolhas voluntaristas, sem coordenação, pois tornam-se ineficientes e demanda vultosos

recursos públicos. A integração de arranjos produtivos existentes deve protagonizar a política de estímulo à industrialização.

Apoio à agricultura familiar, à respectiva agregação de valor e comercialização

No Estado de Mato Grosso, o apoio à agricultura familiar não será considerado apenas como uma "política social", só na busca de geração de renda. A doutrina sustentável requer que a visão desse setor seja essencial, baseando as premissas de que as culturas mais produtivas e viáveis ancorem o uso mais intensivo de mão de obra. Com integração e visão estratégica, o fruto da produção do setor pode gerar alto valor agregado, fluindo para a exportação, gerando impacto positivo na balança comercial. A vocação agrícola de Mato Grosso seguramente proporcionará produção com alto valor, desde que haja adequada integração entre os vetores da pesquisa, dos arranjos produtivos locais e dos canais de logística.

Por ser área estratégica para proporcionar a sustentabilidade econômica para as classes menos abastadas em Mato Grosso, estado com vetor nacional do grande agronegócio, é imperativo um olhar diferenciado em direção ao setor da agricultura familiar.

A ação chave para o desenvolvimento socioeconômico do pequeno negócio rural está em promover incentivo à integração de uma comunidade com alto nível de cooperação entre os produtores, com maior fluxo de informação, processamento tempestivo e maior eficácia das ações.

Entende-se que a mediação entre os "clusters" e os Órgãos Governamentais em relação às políticas e serviços públicos, com o mercado e com os fornecedores tem que ser a busca constante do Governo de Mato Grosso enquanto indutor do processo.

Entre as diretivas que podem ser aplicadas está a orientação e planejamento de projetos integrados dos empreendimentos rurais englobando, inclusive, elaboração de linhas de crédito rural em parceria com as instituições financiadoras, fornecimento de assistência técnica mediante as agências de fomento do Estado.

Nesse diapasão, a inovação tecnológica capitaneada pela Unemat deverá ser presença constante nos processos e arranjos no segmento da agricultura familiar.

É responsabilidade do Governo do Estado de Mato Grosso o incentivo à regulamentação e integração dos sistemas de inspeção, tanto municipais, quanto federal, ao sistema de inspeção estadual, numa visão de desburocratização processual, o que facilitará o fluxo de controle e oferta dos produtos gerados com qualidade e segurança para o consumidor. Enfim, a política estadual para o setor deve ser conduzida para o fornecimento de certificação de qualidade ao produto.

Ao final, a integração entre os elementos do sistema deve incentivar o arranjo logístico, aproveitando oportunidades que visem facilitar o transporte de insumos e a distribuição dos produtos, promovendo capacitação e regulação aos produtores visando acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ao Program de Aquisição de Alimentos (PAA), supermercados locais, feiras e quiosques.

Política indutora com implantação de plataformas de inovação

O vetor da política de governo para o incentivo de implantação de novas plataformas produtivas será a pesquisa. A competitividade da economia e espaços de comercialização de bens de alto valor agregado será decidida e apoiada com contribuição a partir de centros de pesquisa. Aliado a este princípio, os esforços transformadores não requererão apenas recursos financeiros, que muitas vezes são a fundo perdido, mas também a devida articulação entre governo e o setor privado, local, nacional e internacionalmente.

Política de investimento nas cidades polo

A atração de investimentos estruturantes além de requerer projetos, facilitações e financiamento trará o necessário capital intelectual, numa espiral positiva de crescimento das condições de vida, condizentes com necessidades e hábitos de camadas de maior capacidade intelectual e renda. Significa dizer que a melhoria qualitativa da economia local, com a distribuição mais igual de centros urbanos atrativos para esse capital intelectual é o objetivo desejado. A realidade do Estado de Mato Grosso, com baixa densidade de centros desse nível, torna imperativa a implantação de projetos de ampliação dos principais polos, por meio de inciativas do setor privado, devidamente apoiadas pelos municípios e pelo Governo do Estado, com a interlocução junto ao Governo Federal. O objetivo final é a conversão dos polos de investimento em locais

com franco crescimento que garantam qualidade inédita de ambientes urbanos, combinando integração entre o melhor que o investimento privado possa introduzir e a melhor gestão pública dos recursos captados.

Integração da oferta de infraestruturas urbanas por meio de parcerias público-privadas em áreas chaves de estruturação

Falar de implantação de novos centros lindeiros às infraestruturas urbanas existentes requer complementação, ampliação e modernização constantes. Infraestrutura básica é responsabilidade da União e do poder estadual. A segmentação e descoordenação dos esforços nessa área míngua e esfacela os recursos públicos e produz ineficiência econômica, prejudicando a operação e o próprio investimento e seu poder de alavancagem. O Programa do Governo inovará nesse campo, ao conclamar a iniciativa privada à participação, com sustentabilidade, em parceria público-privada, em áreas estratégicas, como a infraestrutura de estradas e vias públicas, e prestação de serviços, a exemplo do saneamento básico, institucionalizando a organização integrada da oferta, com garantia da cobertura mais plena das necessidades coletivas em condições de qualidade e eficiência.

Apoio a projetos municipais mediante coordenação do escritório de projetos estadual

No modelo federativo atual, a cobrança de serviços, de investimentos públicos e de políticas de apoio às atividades familiares e econômicas concentra-se, principalmente, na instância municipal. Na estrutura distributiva de arrecadação de impostos, os municípios detêm a menor fatia do bolo, o que fragiliza a relação de monitoramento e controle social, e faz com que a esmagadora maioria dos municípios não possuam condições técnicas para o atendimento das necessidades coletivas sob sua responsabilidade. No Plano de Governo, o entendimento é de que o governo estadual não pode ficar inerte frente às deficiências da Administração dos entes municipais, mesmo em pleno respeito às competências que a Constituição reservou aos mesmos. A criação de um escritório de projetos, ancorado em secretaria afim, no âmbito estadual, fornecerá apoio técnico e cursos de capacitação para a realização das obrigações dos governos, colaborando com a elaboração de planos municipais, modernização da gestão,

de projetos técnicos e procura de recursos financeiros correspondentes. Não será apenas um esforço do governo estadual, mas sim, o protagonismo do caráter indutor que este possui, aliado à cooperação com organizações empresariais e da sociedade, além das agências de fomento nacionais e internacionais.

TURISMO

O turismo é um segmento abrangente, que reúne mais de 60 atividades econômicas. Apesar de ser fundamentalmente realizado pela iniciativa privada, é uma indústria fortemente impactada pelas políticas públicas, uma vez que depende de infraestrutura, segurança, serviços de saúde e condições macro e microeconômicas favoráveis para o seu bom desempenho, como câmbio e tributação, por exemplo. O desequilíbrio dessas condições estruturais pode levar à degradação da atividade, reduzindo empregos e limitando a entrada de divisas

Segundo o Fórum Econômico Mundial (FEM), o Brasil é o país mais competitivo do mundo na oferta de recursos naturais para a indústria de viagens. Mas transformar esse potencial em um destino turístico competitivo, eficiente e sustentável ainda é um grande desafio, que demanda um esforço conjunto, de cooperação entre os setores privados e públicos no país.

Os gastos de turistas internacionais no Brasil vem despencando flutuando desde 2013 (U$ 6,47 bilhões) e chegou ao seu menor valor em 2017 (U$ 5,80 bilhões)

Dez premissas para desenvolver o turismo O setor privado de turismo será aliado do novo governo que se instala em 2019, na busca do fortalecimento das políticas públicas. O setor deve ter representação e orçamento condizentes com a sua importância econômica, buscando aumentar a competitividade e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade econômica social, ambiental e cultural da atividade turística. Para tanto, algumas premissas são necessárias para que as propostas aqui sugeridas sejam implementadas num cenário colaborativo:

1. Melhorar a infraestrutura pública, a qualidade das instalações e dos serviços que atendem a população e também os turistas;

2. Fortalecer a imagem do estado de Mato Grosso no Brasil e no exterior e seus diferenciais como destino turístico;

3. Melhorar as condições para investimentos nacionais e estrangeiros, e apoiar a inovação como condição de competitividade;

4. Apoiar e adotar políticas de taxação inteligentes, que incluem simplificação na tributação e desburocratização, para melhorar o ambiente de negócios;

5. Melhorar a capacitação em todos os níveis educacionais, assim como as habilidades técnicas;

6. Aprimorar os transportes aéreo e rodoviário garantindo conectividade eficiente para facilitar as viagens no estado e provindas de outros estados do Brasil;

7. Buscar mercados internacionais emissores de turistas que combinem volume de turistas e gastos altos;

8. Adotar práticas de informatização nas áreas de gestão, planejamento e marketing;

9. Apoiar e estimular o desenvolvimento de novos produtos turísticos que tragam melhor experiência ao visitante; e

10. Encorajar o desenvolvimento econômico sustentável e o crescimento inclusivo.

Os temas ligados à infraestrutura devem estar entre as prioridades das autoridades governamentais, e isso inclui a revisão e atenção permanente a questões como a implementação de políticas nacionais, estaduais e municipais de: acesso à educação, geração de empregos, saneamento básico, destinação de resíduos e preservação do patrimônio natural, cultural e do meio ambiente.

Ampliar e garantir maior eficiência do setor de transportes aeroportuário e terrestre também figura como estratégia vital para a consecução das políticas públicas do estado de apoio ao turísmo.

Outras ações que o estado de Mato Grosso deverá executar são:

A) Promover interlocução com as políticas de segurança pública e sanitária;

B) Criar o Selo de Segurança de Destinos Turísticos (incluindo temas de doenças como dengue, zika e doenças tropicais);

C) Criar uma política estadual e permanente de sinalização turística;

D) Estabelecer políticas de apoio à economia local do turismo; e

E) Estimular os matogrossenses a conhecer as belezas naturais do estado.

F) Implantar ciclovias ecológicas que liguem em especial a capital aos destinos turísticos, tais como: Chapada dos Guimarães, Jaciara, Juscimeira, Santo Antônio, Nobres, Livramento, Poconé, Usina de Manso, Cáceres, etc.

Fonte: Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur)

INFRA-ESTRUTURA

Compete ao estado identificar, planejar, projetar, alocar ou captar recursos para execução das obras de infraestrutura intermunicipais, principalmente as de rodovias, dos aeroportos regionais, Ferrovias e Hidrovias. Ainda, indutor de projetos para novas matrizes energéticas, potencial para energia solar e combustíveis alternativos.

Modais do Transporte

Rodoviário

No ano de 1984, havia um total de 62.787 km de rodovias federais no Brasil, e, desta malha, 17.495 km, o que representa 27,86% do total não pavimentado. No ano de 2014, a malha total saltou para 79.378 km, um incremento de 26,42% em comparação com o ano de 1984, onde as vias federais não pavimentadas reduziram-se para 12.666 km, o que representa 15,95%, ou seja, uma redução de 10,47% em relação ao ano de 1984. No entanto, estes avanços não são homogêneos em todo o território nacional, como é o caso do estado de Mato Grosso apresenta números que atualmente destoam dos dados nacionais.

As perspectivas para as inversões nos sistemas de escoamento da produção matogrossense nos próximos anos são positivas. Dependem, entre outros fatores, da confirmação da continuidade da expansão da demanda mundial pelas commodities agrícolas e da superação de pendências institucionais (notadamente a questão ambiental).

A 21ª Pesquisa de rodovias produzida pela Confederação Nacional do Transporte – CNT em 2017 apurou que o custo do transporte em Mato Grosso é o mais alto do Centro-Oeste. Foram percorridas 4.842 Km com avaliação dopavimento, da sinalização e da geometria da via.

Nesse sentido, O Governo do Estado diante do quadro caótico da maior parte da malha rodoviária que interligam os municípios e desaguam na malha rodoviária federal,

espinha dorsal do transporte rodoviário necessita de um planejamento de médio e longo prazo para colocar em condições de trafegabilidade os mais de 70% das rodovias estaduais que ainda não são pavimentadas, de maneira a priorizar os trechos que atendam ao maior número de cidadãos possiveis, a considerar além da posição geográfica, critérios tais como: o atendimento hospitalar, o acesso à educação, o potencial turístico e a vocação econômica. É necessário extinguir o critério de atendimento político para atender a grupos partidários, e o substituir pelos critérios técnicos que elencarão as prioridades. Postura esta, que possibilitará investimentos capazes de suportar a necessidade para as próximas décadas, uma vez que o orçamento do Estado se mostra incapaz para tal destinação. A credibilidade do Estado será construída de forma a merecer o aporte de investimentos internacionais na infraestrutura como pilar de desenvolvimento social e econômico.

É preciso profunda auditoria nos contratos de concessão das rodovias estaduais pedagiadas.

Instituir a presença da Polícia Rodoviária Estadual nas rodovias estaduais, com profissionais treinados e equipados para garantir segurança viária e do transporte das riquezas que circulam na malha rodoviária.

Ferroviário

O Brasil mesmo com sua vasta dimensão territorial, é o país que tem a maior concentração rodoviária de transporte de cargas e passageiros entre as principais economias mundiais. 58% do transporte no país é feito por rodovias, contra 53% da Austrália, 50% da China, 43% da Rússia, 26% dos EUA e 8% do Canadá, segundo dados do Banco Mundial. E em comparação com outros modais, o rodoviário é o menos vantajoso.

Vantagens do transporte ferroviário:

- Menor Custo médio de tonelada por quilometro (seis vezes menor);
- Consome 13 vezes menos combustível por quilômetro;
- Um comboio de 200 vagões corresponde a 400 caminhões com capacidade para 50 toneladas de carga;
- Uma linha férrea equivale a 14 pistas expressas paralelas.

Em Mato Grosso, o terminal ferroviário localizado em Rondonópolis é operado pela Rumo Logística, maior operadora com base ferroviária da América Latina com

12.021 quilômetros em ferrovias, passando por 6 estados (São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). A operação consiste na concessão de quatro malhas: a Malha Sul (do RS até SC), Malha Oeste (SP até o MS), Malha Paulista (de Santos até a fronteira com MS) e a Malha Norte (continua o traçado da Malha Paulista do MS até Rondonópolis). Além disso, possui o maior terminal a granel da América do Sul, localizado no Porto de Santos.

De janeiro até junho de 2018, a operação Norte (Malha Paulista e Malha Norte) foi responsável pelo transporte de 45,21% de todos os grãos exportados pelo Porto de Santos, aumentando o volume transportado de 9.675 milhões de tonelada (Jan/17-Jun/17) para 10.921 milhões de tonelada (Jan/18-Jun/18).

O complexo intermodal de Rondonópolis construído em 2014, é o maior terminal ferroviário de cargas da América Latina. Na operação norte foram investidos R$ 5,2 bilhões de 2015 até junho de 2018, sendo o maior investimento em vias e materiais rodantes (R$ 1,76 bi).

Nosso Governo apoiará o projeto de expansão da ferrovia de Rondonópolis passando pela capital Cuiabá, com destino até Sorriso, no Médio-Norte do estado, com vistas a reduzir o custo do produto primário, fomentar a economia nos municípios alcançados e como reflexo reduzir o impacto do fluxo de veículos de carga, que atualmente excede a capacidade das Rodovias BRs 163/364/070.

Hidroviaário

A Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ) em seu relatório, conforme apresenta Brasil (2015), onde demonstra a produção do transporte de cargas realizados pelo sistema de movimentação aquaviário em 2013, aponta que:

"O transporte de cargas pelo modal hidroviário interior no Brasil tem crescido progressivamente. Em 2013, mais de 80 milhões de toneladas de cargas passaram pela hidrovia. Só na navegação interior foram 28,5 milhões de toneladas. Em termos de malha de transporte, não houve alterações significativas na rede hidroviária disponível, totalizando 20.956 km de vias navegáveis. O produto da quantidade transportada pela extensão navegada resultou em 64 bilhões de TKU (toneladas por quilômetros) , um crescimento de 4,3% em relação ao ano anterior (BRASIL, 2015)."

Incumbe ao Estado de Mato Grosso, nos termos da Constituição Estadual, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação dos serviços de transporte hidroviário de passageiros, veículos e cargas na navegação interior de travessia no Estado de Mato Grosso.

Atualmente existem duas empresas que possuem autorização para a prestação de serviço de transporte hidroviário no Estado de Mato Grosso. As empresas Doerner & Cia. Ltda (5 concessões) e Centro Oeste Navegações Ltda (7 concessões) operam 12 travessias. (Fonte: AGER/MT)

O transporte hidroviário do estado de Mato Grosso restringe-se aos rios Paraguai e Araguaia. O rio Paraguai apresenta-se como alternativa, em uma rota multimodal, para o escoamento das safras agrícolas de Mato Grosso, com destino aos centros exportadores, ou para abastecimento do próprio estado. Além disso, esse rio desempenha importante papel na integração do Brasil com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. As condições de navegabilidade são boas, favorecendo essa integração, o que deverá se acentuar à medida que se desenvolvam as regiões da área de influência do rio.

O Rio Araguaia apresenta, a longo prazo, elevada potencialidade de transporte de carga, notadamente grãos agrícolas, em função da sua área de influência.

A hidrovia do Rio Paraguai é uma das que oferece as melhores condições de navegação no país. Sai de Cáceres, em Mato Grosso até Nova Palmira, no Uruguai. São 3.442 quilômetros que servem Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai, dos quais 1.270 km ficam em território brasileiro. Com o funcionamento da hidrovia haveria uma redução no custo do frete em até 30% na região oeste, sul e sudeste do estado, de acordo com estudos do Movimento Pró Logística. No porto de Cáceres existe duas Estações de Transbordo de Carga (ETC) – os antigos terminais portuários. Uma do governo federal, cuja concessão está vencida e outra do grupo Docas de Mato Grosso. Ambas estão desativadas há pelo menos seis anos.

A quem interessa essa inércia do Estado em deixar de explorar o potencial hidroviário, o qual foi a porta de descoberta da nossa região? A que se retomar essa atividade que além de reduzir o custo do transporte da produção, colabora com a diminuição do fluxo de veículos em trechos rodoviários, com o desperdiço durante o trajeto terrestre, com a redução da poluição do ar e principalmente, criará novas

oportunidades de investimentos nas regiões ligadas ao agronegócio, turismo e prestações de serviços.

Sistema Aeroviário

Num Estado com as dimensões territoriais como em Mato Grosso, na qual um município de médio porte dista até 1000 km da capital e mais de 1500 km de outros municípios pólos, se percorridos pelas rodovias, os investimentos na aviação regional precisam de planejamento que agreguem valores à exploração dessa atividade, de forma a atender além das necessidades da vocação produtiva do estado, mas como alternativa ao turismo local, nacional e internacional diante da biodiversidade de nossa região.

A estruturação dos aeroportos já existentes, para que recebam de maneira regular aeronaves de capacidade inferior a cem passageiros e as utilizem em ligações com cidades que possuam densidade de tráfego, como alternativa ao cidadão para minimizar o gasto de tempo em suas viagens e possibilitar prioritariamente o turismo regional.

Aeroportos regionais que se tornarão estratégicos para o estado:

ÁGUA BOA - ALTA FLORESTA - BARRA DO GARÇAS – CÁCERES - CHAPADA DOS GUIMARÃES - JUARA - JUÍNA - LUCAS DO RIO VERDE – LUCIARA – MATUPÁ - NOVA XAVANTINA – POCONÉ - PONTES E LACERDA PRIMAVERA DO LESTE – RONDONÓPOLIS - SANTA TEREZINHA - SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – SINOP – SORRISO - TANGARÁ DA SERRA - VÁRZEA GRANDE - VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - VILA RICA.

VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHOS – VLT

Em diagnóstico do Governo do Estado em 2015, foram constatados os seguintes problemas:

1. Esgotamento iminente das verbas oriundas de financiamentos e empréstimos
2. Incerteza quanto ao custo final, dada a existência de cláusulas de reajuste anual, reajuste cambial e reequilíbrio econômico e financeiro pleiteado pelo Consórcio Construtor
3. Inexistência de Projeto Executivo Total da Obra
4. Inexistência de Cronograma de Execução da Obra
5. Inexistência de Projeto de Desapropriação Completo (afetação)
6. Nítidos problemas de qualidade nas obras em execução/executadas
7. Grandes Incertezas quanto à tarifa a ser cobrada do usuário

O valor total do empreendimento é de R$ 1.477.617.277,15, sendo: R$ 423,7 milhões, do Programa Pró-Transporte, sob a forma de financiamento concedido pela Caixa Econômica Federal, lastreado em recursos do FGTS, mediante o contrato de financiamento nº 0364.021- 34/12, assinado em 18/06/2012, cujo tomador foi o Estado de Mato Grosso; R$ 727,92 milhões financiados pela Caixa, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na modalidade CPAC - Programa de Financiamento das Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento, contrato de financiamento nº 0364.186-21/12, tomador do empréstimo o Estado de Mato Grosso; R$ 110,0 milhões de contrapartida da SECOPA, sendo RS 100 milhões investidos em desapropriações e R$ 10 milhões investidos em projetos, e para integralizar o restante do valor do empreendimento, o Estado do Mato Grosso promoveu renúncia de receitas estaduais incidentes sobre as obras da Copa.

Ficou constatado a deficiência na atuação dos Gestores do Ministério das Cidades e do Estado de Mato Grosso ao aprovar projeto de Mobilidade Urbana no âmbito do Programa Pró-Transporte, por insuficiência de ações complementares que permitissem verificar a integração do empreendimento de transporte ao planejamento urbano da área de abrangência do investimento.

O quadro a seguir demonstra cidades que adotaram os sistemas BRT ou VLT, com o total das vias e seu custo em dólares por quilômetro:

Cidade	*Tipo de Sistema*	*Vias segregadas (km)*	*Custo (milhões de dólares/km)*
Taipei	*BRT*	*57,0*	*0,5*
Quito (Ecovia)	*BRT*	*10,0*	*0,6*
Porto Alegre	*BRT*	*27,0*	*1,0*
Las Vegas (Max)	*BRT*	*11,2*	*1,7*
Curitiba	*BRT*	*57,0*	*2,5*
São Paulo	*BRT*	*114,0*	*3,0*
Bogotá (Fase I)	*BRT*	*40,0*	*5,3*
Lyon	*VLT*	*18,0*	*18,9*
Bordeaux	*VLT*	*23,0*	*20,5*
Portland	*VLT*	*28,0*	*35,2*
Los Angeles (Gold Line)	*VLT*	*23,0*	*37,8*

No quadro comparativo abaixo se observa a projeção do custo de implantação inicial e o custo operacional, dos sistemas BRT e VLT, apontado pela AGECOPA/2011 e pelo plano de Mobilidade em 2009:

Sistema	*Plano de Mobilidade e Transporte da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá*		*Ofício n.º 198/DP/AGECOPA/2011*	
	Custo de implantação (R$)	*Custo Operacional (R$ milhões/mês)*	*Custo de implantação (R$)*	*Custo Operacional (R$ milhões/mês)*
BRT	*383.490.800,00*	*3,5*	*Não estimado*	*3,5*
VLT	*930.332.784,65*	*7,0*	*Não estimado **	*2,2*
*Observação: * Apenas afirma que é pouco maior 2 vezes o custo de implantação do BRT.*				

Além de outros apontamentos em relação as questões técnicas das obras já executadas e considerações acerca da engenharia da implantação nos trechos restantes, como erros primários, como não considerar as larguras necessárias das vias públicas onde se pensou instalar os trilhos na Avenida Cel. Escolásticos, mais 1 BILHÃO de reais seriam necessários de investimentos para a continuação até a finalização da obra.

Diante da dificuldade econômica do Estado, somado as outras prioridades para atender demandas emergenciais da população, em especial na saúde pública e educação, dispor de um montante dessa natureza é comprometer ainda mais a saúde financeira do estado e as futuras gerações que herdarão essa dívida.

Apresentaremos à sociedade, em conjunto com os órgãos de controle, com o CREA/MT e outros especialistas, algumas soluções para a destinação dos 40 vagões adquiridos de forma antecipada, um investimento de quase 500 milhões de reais, que está depositado na área de estacionamento e manobra próximo ao Aeroporto Mal. Rondon, depreciando diariamente.

HABITAÇÃO

Governo do Estado deve priorizar habitações de caráter popular deixando, para as outras faixas de renda, à iniciativa privada atender, por meio de programas de financiamentos habitacionais.

Segmentos populacionais como mulheres com filhos especiais, pessoas com deficiência (Convenção sobre direitos das pessoas com deficiência - Nova York – março 2007), pescadores, indígenas, quilombolas, moradores das zonas rurais, devem ser contemplados com programas habitacionais.

➢ Desenvolver ações para a implantação de habitações populares ecologicamente sustentáveis, possibilitando utilização de mão-de-obra de reeducando do sistema prisional.

➢ Priorizar, em parceria com os municípios, a urbanização de áreas ocupadas irregularmente, e estimular a relocação de famílias que se encontrem em áreas de risco de desmoronamento, alagamentos entre outras.

➢ Estudar a viabilidade de implantação um programa habitacional de aluguel social com condomínios adaptados para as pessoas idosas: “PROGRAMA VALORIZAÇÃO DO IDOSO”.

➢ Fortalecer a regularização fundiária apoiando os municípios na simplificação documental para o registro de imóveis.

➢ Retomar as obras paralisadas e inacabadas para entrega aos beneficiários.

➢ Retomar novos projetos de condomínios populares onde for identificada as maiores necessidades.

MEIO AMBIENTE

A proteção do meio ambiente deve ser uma preocupação de todos já que os recursos naturais do planeta são finitos. Ao invés de punir, a lógica que adotaremos em nosso governo será o caráter preventivo e de premiar quem protege a natureza.

Dentro destes princípios, a proteção do solo, das águas, do ar, deve ser função conjunta entre o governo e a sociedade. O desenvolvimento sustentável pressupõe que ele é ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo. Para tanto, se faz necessário:

➢ Promover um programa de proteção do solo agrícola e urbano, objetivando restaurar áreas degradadas.

➢ Desenvolver cursos e financiar programas para os agricultores protegerem suas propriedades da degradação ambiental, objetivando mantê-las produtivas e sustentáveis.

➢ Incentivar e apoiar políticas de proteção aos animais domésticos e silvestres.

➢ Estabelecer Programa de Proteção das bacias e hidrográficas e os mananciais de abastecimento de água.

➢ Estimular e assistir tecnicamente os municípios a cumprirem o Política Nacional de Resíduos Sólidos com o fim dos lixões.

➢ Estabelecer programa de gerenciamento de informações de áreas de preservação ambiental e controle das emissões de gases do efeito estufa.

➢ Fortalecer a Defesa Civil no seu importante papel de educar, conscientizar e prevenir, para que subsidie o executivo na tomada de decisões, em especial quanto ao mapeamento de áreas de risco e na promoção de políticas públicas de proteção a população que reside em áreas vulneráveis.

➢ Fortalecer, capacitar e modernizar a equipe do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental.

CONTROLE INTERNO

O ato de controlar está intimamente ligado ao de planejar. Dá retorno ao processo de planejamento e visa garantir que, por meio do emprego dos recursos disponíveis, determinado resultado seja obtido, seja na forma de produto ou na forma de serviço.

Deste modo, para que a qualidade seja efetiva e constante, é imperativo que exista um planejamento, uma execução, um controle constante e uma atuação corretiva. Assim, para fazer frente ao grande número de controles necessários para os vários sistemas operacionais do setor público é essencial a existência de sistemas de controle interno.

A atividade de Controle Interno do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso é exercida pela Controladoria-Geral do Estado - CGE. Este é um orgão autônomo vinculado diretamente à Governadoria. Instituição permanente e essencial, na forma dos Arts. 70 e 74 da Constituição Federal e 52 da Constituição Estadual, responsável pelas atividades de auditoria pública, de correição, de prevenção e combate à corrupção, de ouvidoria, de incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública e de proteção do patrimônio público.

Com a missão de contribuir para melhoria dos Serviços Públicos prestados, ampliando a Transparência e fomentando o Controle Social, a CGE deve protagonizar um papel de destaque justamente por seu potencial em contribuir para o sucesso da boa gestão.

Nesse contexto, para viabilizar a CGE transformar-se numa instituição de excelência nas atividades de controle, auditoria, corregedoria e ouvidoria serão reforçados os compromissos de valorização da carreira de auditores e oferecer uma infraestrutura física e tecnológica para o desempenho de suas funções institucionais.

Promover completa auditoria para detectar a real situação administrativa e financeira da Mato Grosso, com um inventário do patrimônio do estado, e manter assim controle constante nas contas públicas objetivando combater os desperdícios e a corrupção na administração.

GESTÃO PÚBLICA

A eficiência e a eficácia, na prestação dos serviços públicos, são objetivos a serem perseguidos constantemente pela administração pública seja federal, estadual e municipal. Para que que as metas sejam alcançadas, fundamental é a modernização das práticas e procedimentos administrativos, com a implantação do Serviço Eletrônico de Informação – Sei, que trará celeridade às respostas das demandas da população e economia nas despesas com papel e fotocópia e outros materiais de expedientes.

Valorizar e qualificar, de forma permanente, os servidores públicos por meio do diálogo e da conscientização do papel dos servidores públicos para com o Estado a servir à sociedade.

Disponibilizar por meio da UNEMAT cursos de pós-graduação voltados à gestão pública e áreas especificas das secretarias, para preparar os servidores efetivos a ocupar os cargos de gestão comissionados, pela aplicação da meritocracia e a projeção de programas e projetos de Estado.

Combater os desperdícios nas estruturas do Estado e o combate a corrupção, com atenção especial nos processos licitatórios para aquisição, construção, manutenções e reformas e contratação de serviços de empresas de terceirização.

Criação de uma central de licitações para atender às Secretarias com ênfase na formação de equipes capacitadas em fiscalizações de todos os contratos contraídos pelo Estado, a assegurar a responsável aplicação dos recursos públicos.

Promover auditoria que demonstre a real situação financeira e administrativa do Estado com análise na arrecadação tributária, os gastos públicos com os contratos vigentes com prestadoras de serviços e execução de obras, os passivos dos duodécimos aos poderes, os repasses constitucionais, os repasses aos hospitais filantrópicos, os Fundos instituídos e suas destinações, a situação previdenciária do Estado, a Folha de pagamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, e os passivos para com os servidores.

Produzir um diagnóstico das obras em andamento, as inacabadas e as paralisadas.

Fortalecer os sistemas de controle visando erradicar a corrupção no setor público.

COMPROMISSOS PROGRAMÁTICOS DA REDE

Reafirmamos, neste Plano de Governo, os compromissos programáticos da Rede Sustentabilidade para o Brasil, abrangendo Mato Grosso em algumas bandeiras, com fim de renovar a política com iniciativas inovadoras, além das palavras, mas como atos, visão e experiência que se traduzem por um redirecionamento de forças destinadas ao objetivo do bem comum.

Neste sentido temos como principais bandeiras:

1) **Mudanças no modelo econômico** para a construção de um projeto de desenvolvimento socialmente includente e ambientalmente sustentável que considere como estratégias prioritárias:

a) Valorização do nosso patrimônio socioambiental, viabilizando a transição para uma economia sustentável;

b) Justiça e eficiência tributária e a reforma do Pacto Federativo;

c) Taxas de juros em patamares que induzam os investimentos produtivos nos setores vitais para o desenvolvimento sustentável do País;

d) planejamento e implementação da logística de transporte e da infraestrutura de forma compatível com a gestão estratégica dos recursos naturais;

e) valorização da remuneração dos trabalhadores e aprimoramento de sua qualificação profissional;

f) diversificação da matriz energética em busca de uma matriz limpa e segura;

g) democratização do acesso à terra e uma política agropecuária que recupere a função estratégica do setor para a segurança alimentar, melhoria da qualidade de vida da população e preservação dos nossos biomas; e

h) investimento em conhecimento e em inovação.

2) **Reforma do sistema político** que permita a emergência de outro modelo de governabilidade que não se baseie na troca de vantagens fisiológicas para a manutenção de feudos de poder e garanta:

a. candidaturas independentes, sem a exigência de filiação partidária, para quebrar o monopólio dos partidos sobre os cargos de representação, e renovação de lideranças políticas com limitação a uma reeleição de mandatos parlamentares, com possibilidade de ampliação mediante plebiscito a ser realizado entre os filiados;

b. financiamento público de campanha e teto máximo de doações por pessoa jurídica e física;

c. fim da reeleição para os cargos do Poder Executivo com ampliação do tempo de mandato para inibir o uso da máquina administrativa para fins eleitorais;

d. criação de novos instrumentos para o exercício da democracia direta e ressignificação dos já existentes;

e. ampliação dos processos de participação da sociedade nas decisões do governo, apoiando ou elaborando propostas de poder multicêntrico e aberto;

f. inovação na sua estrutura interna, de modo a garantir a participação direta dos filiados nas suas decisões políticas e no diálogo com a sociedade, começando por consulta pública a filiados e grupos sociais organizados sobre a continuidade da #rede.

3) **Educação pública e universal** de qualidade em todos os níveis, integral inclusiva, formadora de cidadãos comprometidos com uma vida social solidária e sustentável e preparados para os desafios de uma sociedade cada vez mais demandante de informação e conhecimento, como princípio fundante de uma verdadeira República baseada na igualdade de oportunidades para todos.

4) **Democratização do sistema de comunicação** garantindo-se a liberdade de expressão, transparência, livre acesso à informação e ao conhecimento, valorização das diversas formas de manifestação cultural e o princípio de neutralidade da rede, a governança com ampla participação de setores da sociedade civil e uma banda larga de qualidade.

5) **Respeito aos direitos humanos,** garantia de igualdade de gênero e repúdio a todas as formas de discriminação: étnica, racial, religiosa, sexual ou outras, garantindo a cada grupo espaço próprio de participação política e de respeito e atenção às suas demandas específicas.

6) **Redução das desigualdades e erradicação da pobreza** por meio da garantia do acesso e da oferta de oportunidades a indivíduos e famílias, para sua inclusão na sociedade.

7) **Universalização e melhoria dos serviços de saúde**, com ênfase na atenção básica, da qualidade de vida com condições dignas de moradia, alimentação saudável e em quantidade suficiente, prevenção de doenças, saneamento básico, redução da violência e promoção da cultura de paz como valores centrais das políticas governamentais.

8) **Defesa dos Direitos animais** por meio da abolição de todas as formas de crueldade contra animais e de políticas públicas para o bem-estar de animais urbanos, selvagens e de uso comercial.

9) **Reforma urbana** que transforme nossas cidades em espaços saudáveis, democráticos e seguros, que garanta o direito à moradia como forma de cidadania e possibilite o redirecionamento do investimento em mobilidade para priorizar os pedestres, o transporte ativo e o transporte público.

10) **Política externa baseada na cultura da paz,** na promoção dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, do não intervencionismo bélico, de uma ampla democracia e da sustentabilidade e comprometida com a redução das desigualdades e a construção de instituições efetivas de governança global.